
A FUNDAMENTAÇÃO ÉTICA DE AGOSTINHO NA OBRA O LIVRE- ARBÍTRIO

AUGUSTINE'S ETHICAL FOUNDATIONS IN THE WORK ON FREE CHOICE OF THE WILL

Filipe Alves da Silva¹

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre a ética agostiniana a partir da sua obra *Do Livre-arbítrio*. Este filósofo compreendia que o homem era dotado de livre-arbítrio como importante parte de sua natureza como ser racional e distinto dos demais animais. Através dele o homem é responsável por suas ações, boas ou más. O livre-arbítrio lhe fora dado por Deus para um bom propósito, que é a vida virtuosa. Quando o homem não alcança tal objetivo ele pratica o mal moral. A vida virtuosa consiste no domínio da razão sobre as paixões através da sua boa vontade. A felicidade e a infelicidade são a consequência do bom e do mau uso de seu livre-arbítrio. Para viver retamente o homem deve se desapegar dos bens temporais e transitórios e se voltar para o Bem supremo, Deus, para assim desfrutar do gozo de uma vida virtuosa. O texto foi escrito de forma clara e objetiva a fim de alcançar uma melhor compreensão sobre a filosofia ética agostiniana. A relevância de tal temática consiste na atual situação de crise ética e moral que estamos vivendo hoje. Sendo o problema ético discutido pela filosofia desde os seus primórdios, a reflexão de Agostinho de Hipona ainda nos apresenta como uma explicação relevante sobre tal fenômeno.

Palavras-chave: Livre-arbítrio. Mal moral. Boa Vontade.

ABSTRACT

This text presents an study on Augustinian ethics from his work *On Free Choice of the Will*. This philosopher understood that man had free will as an important part of his nature as rational and animal-distinct being. Through free Will man is responsible for his own actions, good or bad. Free will was given to man by god for a good purpose, that is, a virtuous life. When man does not achieve this goal, he practices moral evil acts. A virtuous life consists in rational domination over passions through his good will.

¹ Especialista em Ensino de Filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). E-mail: filipesolagrata@gmail.com.

Happiness or unhappiness is consequence from good or bad usage of free will. In order to live correctly, man must leave material and transitory goods and turns himself to the Supreme Good, that is God, and so he will profit a virtuous life. The text was written in an objective and clear form, in order to reach a better comprehension on Augustinian ethical philosophy. This kind of thematic is important due to a moral and ethics crisis we are living today. If this ethical problem is argued since philosophy beginning, Augustine of Hippo's reflections on it still shows us a relevant interpretation about this phenomenon.

Keywords: Free will. Moral evil. Good will.

Introdução

O presente artigo busca apresentar a contribuição sobre a reflexão ética de Agostinho a partir de sua obra *O livre-arbítrio*. Este filósofo se propôs a refletir sobre a problemática do campo ético em seu tempo, buscando repostas que explicassem de modo satisfatório tal fenômeno. Influenciado pelo neoplatonismo e convertido ao cristianismo, ele rompe com o maniqueísmo e contra esse sistema, sua obra, *O Livre-arbítrio*, se direciona mais precisamente.

Para os maniqueístas, o homem está à mercê de duas forças que são contrárias e existentes no universo: o mal e o bem. O homem, por tal razão, não é um ser livre. Contrapondo tal ideia, ele vai argumentar diferente, mostrando que o homem é dotado de livre-arbítrio e que através dele se expressa no mundo. Logo, para o filósofo, o homem não é apenas uma marionete sobre cordas do destino, mas um ser que escolhe e desfruta das consequências de suas escolhas, sejam elas para o bem ou para o mal.

O homem é responsável por suas ações e pelo seu comportamento no mundo. Ao longo da história foi presenciado inúmeros fatos em que o problema ético é refletido a partir do dilema da liberdade que o homem tem de realizar os bons e os maus feitos. Assim, a pergunta por suas causas e efeitos, sua origem e sua necessidade de tais atos são de relevância sempre significativa na civilização humana, pois o mesmo sempre se encontra imerso em ações que não apenas possui consequências positivas, mas também negativas para si e para o outro.

Quando se observa as ações humanas, sejam elas boas ou más, se pergunta por quais motivações e fatores são e devem ser tomadas pelos homens. A natureza

de nossas ações são alvo de variadas reflexões não apenas do campo filosófico, mas de outras áreas da ciência, como a sociologia, a psicologia, a psicanálise, etc. Refletir sobre a esfera ética sempre foi uma atividade de valor para a filosofia ao longo dos tempos, e se faz sempre e de novo, necessário se debruçar sobre tal assunto, compreendendo que a problemática em torno da ética não é um fenômeno acabado.

Diante de tais constatações, o presente trabalho encontra sua justificativa na medida em que se propõe a contribuir sobre a reflexão ética a partir do pensamento agostiniano, pressupondo que tal pensador ainda possui relevância filosófica ao contexto contemporâneo e cuja contribuição é peculiar na história da reflexão filosófica e do pensamento ocidental. Agostinho propõe uma ética que valorize não apenas o indivíduo em si mesmo, mas a seu semelhante e que possa conduzir a tão desejada felicidade.

O Livre-Arbítrio no Homem

A obra de Agostinho *O livre-arbítrio* foi um escrito no qual o mesmo combate as ideias maniqueístas sobre o determinismo que paira sobre o homem. Nessa obra, mostrar que o homem é livre, é um fator primário para Agostinho. Contrapondo os maniqueístas, Agostinho não partilha de uma visão em que os homens não têm liberdade de escolha entre suas ações. Ele entende que o homem possui uma capacidade de escolher, e nessa capacidade reside o seu livre-arbítrio.

A intenção de Agostinho é responder sobre o problema do mal no mundo. Dentro do caminho percorrido a tal resposta, ele se depara com o livre-arbítrio. Agostinho concebe a ideia de que o homem possui o livre-arbítrio, e que a partir dele age, seja para o bem ou para o mau.

O mal não se manifesta sem ter um autor, segundo ele. Deus não pode ser culpado pelo mal, e por diversas vezes, Agostinho refuta tal pensamento sem deixar brechas para sustentar tal ideia sobre Deus. Ele busca deixar isso bem claro. Dessa forma, o conceito de livre-arbítrio em Agostinho, está profundamente associado ao seu discurso sobre o problema do mau.

Se Deus não pode ser culpado pelo mal, o olhar se volta para sua criação. Daí, Agostinho faz sua clássica distinção entre o homem e os demais animais. Tanto os homens quanto os animais vivem, mas somente o homem sabe que vive. Saber que

vive é evidência de viver. Nem todos que vivem, sabem que vivem, como os animais. Por saber que vive, o homem demonstra sua superioridade básica: ele é dotado de razão.

Logo, pela razão o homem deve exercer domínio sobre si mesmo, tornando-se sábio. É no domínio da razão sobre suas paixões que torna o homem distinto dos animais. Dentro desse aspecto racional, se encontra o livre-arbítrio no homem.

A construção argumentativa que Agostinho tece sobre a posse do livre-arbítrio no homem é a seguinte: a razão é o elemento superior no homem. Se há algo que seja igual ou superior a razão, não lhe subjugaria às paixões, mas a justiça. Logo, conclui: “portanto, não há nenhuma realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (AGOSTINHO, 1995, p. 52).

Diante do que foi citado acima, podemos compreender que o livre-arbítrio, segundo Agostinho, faz parte da essência do homem. O homem escolhe se submeter às paixões, e nessa escolha há o exercício de seu livre-arbítrio. Sendo assim, o livre-arbítrio constitui o núcleo através do qual flui toda concepção ética de Agostinho.

A questão que surge ao constatar que o homem é criação de Deus, dotado de livre-arbítrio, é: por que Deus deu o livre-arbítrio ao homem, se através dele que se pratica o mal? Aqui adentramos na essência básica da ética Agostiniana. Ele entende que tanto as boas recompensas quanto os mais justos castigos só podem existir devido ao livre-arbítrio. Agostinho vai então argumentar sobre o uso do livre-arbítrio e sua finalidade, afirmando que o problema não é simplesmente pelo fato de o homem o possuir, mas de desfrutá-lo equivocadamente:

Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente (AGOSTINHO, 1995, p. 74-75).

O que se pretende afirmar é que o livre-arbítrio foi concedido visando o bem e não o mal. É por meio dele que o homem pode viver retamente, com dignidade e justiça. Caso o livre-arbítrio tivesse sido concedido visando outro propósito, a saber, para o mal, qualquer castigo por atos maus seria incoerente da parte do seu doador, pois “como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada?” (AGOSTINHO, 1995, p. 75).

É notória a ênfase agostiniana quanto a essa finalidade do livre-arbítrio para o bem, sendo, portanto, algo necessário. O homem precisaria ser livre para realizar suas ações no mundo e ser devidamente recompensado por elas, pois “igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre” (AGOSTINHO, 1995, p. 75).

Assim, para Agostinho, o homem é um ser livre que se vale do seu livre-arbítrio tanto para o bem, quanto para o mal. Deus o concedeu ao homem visando o bem e o recompensa quando o utiliza para esse fim, ao mesmo tempo que o castiga quando o homem se vale dele para o mal. Todavia, o livre-arbítrio não constitui um mal, mas um bem, assim como também o homem.

A resposta para o problema do mal reside no mau uso do livre-arbítrio pelo homem, assunto o qual discorreremos a seguir.

O Mal Moral

Já foi possível perceber, como demonstrado antes, que a argumentação em torno do livre-arbítrio está associada com o problema do mal. No pensamento Agostiniano o mal como força ontológica não existe, mas sim o mal moral. Esse é praticado pelo homem quando o mesmo se utiliza mau de seu livre-arbítrio. Isso ocorre, quando o homem se deixa dominar por suas paixões ao invés de sua razão. Vejamos como o autor se propõe a explicar esse fenômeno:

Considera, agora, de onde pode proceder aquele movimento de aversão que nós reconhecemos constituir o pecado – sendo ele movimento defeituoso, e todo defeito vindo do não-ser, não duvides e afirmar, sem hesitação, que ele não procede de Deus. Tal defeito, porém, sendo voluntário, está posto sob nosso poder (AGOSTINHO, 1995, p. 143).

É nesse desvio que tem origem o mal moral. É o homem com seu grito de independência à vontade de Deus e entregue a si mesmo. Nesse feito, o homem não está obrigado a cometer qualquer delito. Ele quem se submete ao senhorio das paixões e busca lhe saciar os deleites. Giovanni Reale comenta tal conceito agostiniano, expondo que essa má vontade no homem, “não tem uma ‘causa eficiente’, mas muito mais, uma ‘causa deficiente’”. Continuando a citação, Reale cita palavras do próprio Agostinho para esclarecer tal ideia:

Ninguém deve procurar a causa eficiente da má vontade: essa causa não é eficiente, mas deficiente; não é uma força produtiva, mas a sua falta. Com efeito, afastar-se daquilo que é o ser supremo para aproximar-se daquilo que possui o ser em grau inferior significa começar a ter má vontade (REALE & ANTISSEI, 1990, p. 455-456).

Assim, é quando o homem escolhe um caminho de vida distante do “bem supremo” que se direciona para o mal moral. As consequências geralmente não são boas, e seu alcance vai da corrupção do indivíduo e se espalha na sociedade. O homem nesse “desvio moral” só se enlaça de males, como bem expõe Agostinho: “A luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja o tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate” (1995, p. 53).

Tudo isso ocorre quando a alma se volta aos bens transitórios e temporais em lugar do Bem imutável e eterno. A razão é porque a vontade do homem “quer ser senhora de si mesma” (AGOSTINHO, 1995, p. 141). O deleite da alma passa a ser bens inferiores, os prazeres do corpo. A má conduta ética em Agostinho é fundamentada nesse conceito. Todas as ações más produzidas pelo homem são resultado de seu desvio à vontade divina em direção a si mesmo, às suas paixões inferiores.

É importante salientar que Agostinho não condena os bens terrenos como um todo. O que ele tenta argumentar é que o seu mau uso é que traz malefícios. Em resposta a Evódio, o mesmo lhe indaga se “seria preciso condenar o ouro e a prata por causa dos avarentos; ou o vinho por causa dos que se embriagam; ou o encanto das mulheres por causa dos libertinos e dos adúlteros, e assim em relação a tudo o mais?” (AGOSTINHO, 1995, p. 67). É o homem que vale de tais bens de modo desenfreado, o que acaba por lhe render malefícios diversos.

A partir desse esclarecimento sobre o mal moral, vale ressaltar a explicação que Agostinho dá para o alcance da felicidade e do infortúnio. Uma vez que o campo da ética também se propõe a buscar a vida feliz, isso não ficou de fora do pensamento deste filósofo.

Agostinho parte do pressuposto que todos os homens desejam ser felizes. Mas, é notório que nem todos os homens se sentem felizes, ou alcançaram a felicidade. Tanto bons quanto maus, não desejam a infelicidade para si mesmos. A resposta reside novamente na escolha do modo de viver:

Com efeito, aqueles que são felizes – para isso é preciso que sejam também bons – não se tornaram tais só por terem querido viver vida feliz – visto que os maus também o querem. Mas sim, porque os justos o quiseram com retidão, o que os maus não o quiseram. Nada de estranhar, então, que os homens desventurados não obtenham o que querem, isto é, a vida feliz. Com efeito, o essencial, o que acompanha a felicidade e sem o que ninguém é digno de obtê-la – o fato de viver retamente –, eles não o querem (AGOSTINHO, 1995, p. 62).

Dessa forma, apenas o querer não é suficiente para ser feliz, mas uma práxis que tem como fundamento a retidão. Os maus não seguem uma vida nesses termos, sendo, portanto, o infortúnio seu pagamento. Por que então os homens agem dessa maneira? Já vimos que é por conta de sua vontade. É sua escolha que o faz. Mas Agostinho também fornece outro complemento a essa resposta: o pecado original.

Por estar imerso numa tradição cristã, esse filósofo vai sustentar a ideia do pecado original e sua consequência para a humanidade a partir de Adão e Eva, ideia clássica do cristianismo. Ele mesmo declara que “as más ações que cometemos por ignorância e as boas que não conseguimos praticar, apesar da boa vontade, denominam-se ‘pecados’, visto tirarem sua origem daquele primeiro pecado cometido por livre vontade”.

Assim pois, o homem foi criado sem essa inclinação ao pecado, mas após ter pecado, acabou por sofrer amplas consequências por seu erro de sorte que “como consequência do castigo imposto ao primeiro homem, após sua condenação, nascemos mortais, ignorantes e escravos da carne” (AGOSTINHO, 1995, p. 211-212).

Dessa forma, o livre-arbítrio foi a causa primária para sua queda. Sem ser livre o homem não poderia cair, pois não poderia pecar. O pecado era uma possibilidade, mas não uma realidade. Após a queda, o pecado torna-se não apenas possibilidade, mas quase uma necessidade da natureza agora corrompida.

Para fazer agora o bem, a natureza humana necessita do auxílio da graça divina. Esta, agindo de modo redentor, não apenas proporciona salvação, mas direção ao homem. A partir disso, é possível viver uma vida reta de modo mais autêntico, em direção a Deus, o Sumo Bem. Essa constitui a maior conquista que o homem pode alcançar. É o que discorreremos a seguir.

A Vida Virtuosa

Como já ressaltado, Agostinho compreendia que o livre-arbítrio tinha a finalidade de guiar o homem ao bem, mas pela vontade humana, poderia ser usado para o mal. Então, como não fazer o que é errado? A resposta reside no exercício da boa vontade.

Se o mal vem do homem se entregar as paixões, a vida reta só é possível quando o homem age com sabedoria, tendo a razão o domínio sobre ele. O que é a boa vontade? “É a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria” (AGOSTINHO, 1995, p. 56).

Como já foi exposto, os maus desejam a felicidade, mas sem quer viver honestamente. Logo, é próprio do sábio se deleitar no seu caminho reto. O sábio tem sua sabedoria na mais alta estima, superior aos bens terrenos. Por conta disso, não se embaraça com eles, diferentemente dos insensatos. Por isso Agostinho afirma que “quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo” (AGOSTINHO, 1995, p. 57).

A partir de então, ele passa a apresentar quatro virtudes cardeais, cujo exercício delas se apresenta uma vida virtuosa, a saber: A prudência, a força, a temperança e a justiça. Todas elas estão interligadas na vida virtuosa, de modo que aquele que possui a boa vontade deve se valer de ambas as virtudes e exercitá-las com afinco. Nesse exercício reside a retidão e a honestidade. Não há como ser feliz desprezando essas virtudes, como também sem a boa vontade, pois “só com essa boa vontade que tem o direito à vida feliz” (AGOSTINHO, 1995, p. 63).

Diretamente associado a vida virtuosa está o Amor. A razão de ser o amor o caminho da boa ética é porque “ele representa a virtude que garante a obediência à ordenação divina presente no mundo” (ISKANDAR & OLIVEIRA, 2009, p. 46).

Mas esse amor que deve ser o fundamento ético ideal para o homem não é qualquer forma de amor. Aqui, Agostinho faz uma distinção entre dois tipos de amor: “aquele amor que usa as coisas do mundo, mas encontra sua verdadeira alegria apenas na pátria celestial, é caritas. Aquele amor que busca satisfação no mundo, usando Deus como meio para alcançar prazer temporal, é cupiditas” (HÄGGLUND, 2003, p. 102).

Assim, é olhando no horizonte mais elevado da contemplação divina, que o homem se orienta tomando como base o amor. Ele deve amar a Deus acima de tudo, e conseqüentemente, está em harmonia com seu semelhante. Isso deve ser o ideal máximo a ser buscado para que se alcance o caminho da virtude. Por conta disso, Agostinho não se demora e, exortar a busca pela Verdade, que, segundo ele, é o próprio Deus. Assim ele diz: “Haverá alguém mais feliz do que aquele que goza da inabalável, imutável e muito excelente Verdade?” (AGOSTINHO, 1995, p. 119). É amando a Deus que o homem desfruta da mais plena felicidade. Acentuando a diferença entre *caritas* e *cupiditas*, Iskandar e Oliveira comentam:

Um contraste que Agostinho frequentemente desenvolvia e orquestrava de diferentes maneiras, destacando o primeiro como o tipo de amor santo, sociável e que visa ao bem comum, enquanto o segundo é impuro, centrado em si mesmo e guiado pelo desejo de posse e de poder, levando à anulação da transcendência do objeto amado, por estar submetido à temporalidade absoluta. É essa posição que faz Agostinho fundamentar a distinção entre a cidade celestial e a cidade terrena: a primeira baseada na *caritas* e a segunda na *cupiditas* (2009, p. 48).

Pela influência cristã existente em seu pensamento, Agostinho vai interpretar que o homem precisa da intervenção divina para que possa se voltar da *cupiditas* para a *caritas*. Isso ocorre com sua conversão, onde “*cupiditas*, o amor impróprio ao mundo, é transformado em *caritas*” (HÄGGLUND, 2003, p. 103). Todavia, ao não anula a vontade do homem, pois como ele afirma em *O Espírito e a Letra*, “a liberdade não é anulada pela graça, mas consolidada, já que a graça cura a vontade, pela qual se ama livremente a justiça” (AGOSTINHO, 1998, p. 78-79).

Em sua obra *A Trindade*, ele afirma que a realidade dos bens terrenos pode apontar uma realidade onde existe um Bem superior, que seja Deus. Ao poder percebê-lo, o caminho para a felicidade pode ser encontrado: “Se a ele aderires pelo amor, será feliz no mesmo instante” (1995, p. 265).

Diferente da tradição grega antes dele, que concebia o homem virtuoso com a descoberta do saber e do conhecer, Agostinho traz outro modo ver tal realidade, onde a virtude está associada ao amor e ao modo de amar, ou seja, “amar a si mesmo e aos homens não segundo o juízo dos homens, mas segundo o juízo de Deus, significa amar do modo justo” (REALE & ANTISSEI, 1990, p. 459). Étienne Gilson faz uma

síntese da relação do amor e da boa vontade como elemento moral presente na filosofia Agostiniana com as seguintes palavras:

O problema moral que se coloca não é, portanto, saber se é necessário amar, mas o que é necessário amar. Logo, a virtude é querer o que devemos querer, ou seja, amar o que devemos amar. Se seu amor for bom, suas paixões e sua vontade serão igualmente boas; se for mau, elas, por sua vez serão más [...] a qualidade do amor determina o ato: tal é o amor, assim é o ato (GILSON, 2006, p. 258-259).

Ao refletir sobre tais conceitos, percebe-se o quanto sua fé está mesclada com sua filosofia e vice-versa. Agostinho não faz dicotomia disso. Viver retamente é viver com Deus, para Deus e a partir de Deus. Quando o homem se depara com Deus e o conhece verdadeiramente, não se deleita em outra coisa mais do que nessa Verdade. A ética agostiniana está profundamente arraigada na fé cristã. O homem tem uma escolha e ela precisa ser direcionada para a finalidade para a qual lhe foi dada. Como o homem se desviou disso, somente em Deus ele poderá se reerguer e alcançar tal objetivo. O resultado é a vida virtuosa por excelência.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, podemos perceber o quanto a ideia do livre-arbítrio está arraigada na reflexão ética agostiniana. Quaisquer ações que são atribuídas ao homem, nelas está presente a realidade do seu livre-arbítrio. Não queremos afirmar que as ações humanas não sofrem qualquer tipo de influência, seja para o bem ou para o mal. O que podemos constatar é que mesmo sofrendo influência, isto não anula o fato de que o homem é responsável por suas ações. Sua escolha não deixa de acontecer e isso é um fato.

A filosofia de Agostinho está bastante atrelada à sua fé cristã. Em razão disso, sua proposta ética está direcionada a Deus como Sumo Bem e por meio do qual o homem consegue se direcionar e desfrutar a verdadeira felicidade. Ao se desviar do bem o homem volta-se para o mal e o pratica. A isso ele denomina o pecado. Mas pela intervenção da graça de Deus o homem pode novamente se voltar para a luz da verdade e viver retamente.

A proposta desse filósofo não soa tão agradável na atualidade. Numa realidade em que as coisas têm mais valor do que a pessoas, os bens materiais supervalorizados e cada vez mais os indivíduos sendo marginalizados, é a razão da decadência moral para Agostinho. Enquanto se presencia o progresso científico em inúmeras áreas, já não se pode afirmar o mesmo quanto a questão ética. O que vemos são pessoas escravizadas de suas paixões, agindo como animais selvagens em busca de saciar seus deleites, até matando para alcançar seu alvo.

Se as pessoas ainda buscam a felicidade, sofrem com o infortúnio, ainda constatando e lamentando a realidade do mal, o pensamento de Agostinho ainda não está ultrapassado de todo. Basta ouvirmos os noticiários diários que poderemos testemunhar o caos social presente em nosso cotidiano. Não é preciso ser de uma tradição cristã ou crer em um Deus pessoal como Agostinho para constatar tal realidade.

Cada dia as autoridades discutem meios para sanar as más ações dos indivíduos na sociedade. Questionam-se as leis, a administração, educação, etc. Agostinho propõe que o problema reside não externamente ao homem, mas na sua natureza. Se pessoas diferentes recebem e desfrutam das mesmas condições sociais, com seus respectivos problemas e tomam ações diferentes, a resposta talvez se encontre no próprio indivíduo e sua escolha que faz na vida, com a vida e para a vida.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo. **A Graça (1)**: O espírito e a letra; A natureza e a graça; A graça de Cristo e o pecado original. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999.

GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2006.

HÄGGLUND, Bengt. **História da Teologia**. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. OLIVEIRA, Jelson Roberto de. Agostinho: o amor como princípio ético. In: SGANZERLA, Anor. FALABRTTI, Erickson S. BOCCA, Francisco. **Ética em Movimento**. São Paulo: Paulus, 2009.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia**: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

Artigo recebido em: 11/05/2021.
Artigo aprovado em: 03/06/2021.